

AGRICULTURA FAMILIAR NO CENTRO URBANO: A EXPERIÊNCIA DO BAIRRO OPERÁRIO EM BOA VISTA-RORAIMA

Valdinei Fortunato Portela¹

Waldemar Moura Vilhena Júnior²

RESUMO

A aparição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) marca um momento singular na trajetória do processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural do Brasil. O tema central deste artigo é a agricultura familiar em espaços urbanos, especificamente no bairro Operário na cidade de Boa Vista – Roraima, buscando conhecer como se estruturou a agricultura nesses espaços. Para tanto faz-se necessário fazer uma revisão da literatura sobre a agricultura familiar no Brasil, a migração e transição urbana em Roraima a fim de entender os motivos pelo qual os agricultores deixam de produzir na zona rural para produzir na zona urbana, especialmente na cidade de Boa Vista. As discussões sobre as transformações no espaço rural e a agricultura no espaço urbano longe de mostrarem-se consensuais encontram-se em fase de acirrado debate. Desse modo, este trabalho visa contribuir para o atual debate em torno das diferentes leituras que vem sendo efetuadas sobre a dinâmica da agricultura no Brasil, dando ênfase à agricultura nas áreas urbanas em especial no bairro Operário, na cidade de Boa Vista, estado de Roraima.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar. Espaço urbano. Espaço rural. Bairro Operário. Roraima.

¹ Acadêmico do curso de Ciências Sociais com habilitação em Sociologia da Universidade Federal de Roraima – UFRR. E-mail: valdineifortunato@yahoo.com.br ou valdineifortunato@gmail.com.

² Acadêmico do curso de Ciências Sociais com habilitação em Sociologia da Universidade Federal de Roraima – UFRR. Coordenador local do Curso Normal Superior da UEA, no convênio UEA/INCRA/PRONERA. E-mail: waldemarmoura@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

As transformações recentes ocorridas no meio rural brasileiro em virtude do processo de industrialização e urbanização suscitaram para a discussão acadêmica várias inquietações a respeito dessas mudanças, tendo como um dos eixos principais a relação cidade-campo.

Nessa perspectiva, temas até então pouco presentes no debate acadêmico ressurgem com novas configurações, como é o caso da agricultura familiar em espaços urbanos, os quais pretendemos abordar neste artigo.

Nesse sentido, o artigo procurou abordar os pressupostos teóricos sobre agricultura urbana e familiar, tendo como unidade de análise o bairro Operário localizado em Boa Vista-Roraima, sendo necessário, contextualizar a migração e a transição urbana no estado, a agricultura familiar, a agricultura urbana, e o processo de formação e ocupação do referido bairro.

Para desenvolver este estudo foi necessário coletar dados nos arquivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/RR), Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA) e programa Braços Abertos da Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania (SEMGE) da Prefeitura Municipal de Boa Vista.

1.1 Migração e a transição urbana em Roraima

O estado de Roraima foi o que mais cresceu populacionalmente na década de 1990. Enquanto o estado de Rondônia, na mesma década apresentou uma taxa de crescimento populacional de 7,87%, o Amapá 4,65% e Roraima cresceu 10,64% (Quadro1).

Quadro 1 – Crescimento Populacional dos Estados da Região Norte - 1950/2000

Estados	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Rondônia	6,39	4,76	11,03	7,87	2,24
Acre	3,20	3,13	3,43	3,01	3,29
Amazonas	3,33	3,03	4,12	3,57	3,31
Roraima	4,65	3,75	6,83	10,64	4,58
Pará	3,11	3,55	4,62	3,46	2,54
Amapá	6,14	5,37	4,36	4,65	5,77
Tocantins	-	-	-	2,01	2,61

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1950/2000.

Entre 1970 e 1980, a população de Roraima praticamente duplicou, apresentando uma taxa anual de crescimento na ordem de 6,83% ao ano. Também neste período, Roraima sofre profundas transformações na estrutura populacional, com destaque para a consolidação da transição urbana do estado, que ocorreu na década de 1980 (RODRIGUES, 1996).

Contudo, Roraima ainda apresenta a menor densidade demográfica dentre todos os Estados da federação. Nas últimas duas décadas, tem ocorrido uma concentração da população nos centros urbanos. Esta tem sido uma tendência geral em todo o país e, em Roraima também. Nas décadas de 1960 e 1970, a população rural representava 57,08% e 57,24% respectivamente. Na década de 1980, ocorreu uma inversão significativa quando a população urbana chegou a representar 61,56%. Em 1991 a população urbana era de 67,46%, e em 2000, representava 76,14% demonstrando um crescimento bem menor que os verificados nas últimas décadas (Quadro 2).

Quadro 2 – População Residente. Roraima - 1950/2000

ANOS	TOTAL	R U R A L		U R B A N A	
		Habitantes	(%)	Habitantes	(%)
1950	18.116	12.984	71,67	5.132	28,33
1960	28.304	16.156	57,08	12.148	42,92
1970	40.885	23.404	57,24	17.481	42,76
1980	79.159	30.425	38,44	48.734	61,56
1991	217.583	70.814	32,54	146.769	67,46
2000	324.397	77.381	23,85	247.016	76,15

Fonte: IBGE; Elaboração AT&M in: FECOR;1995:13

A urbanização de Roraima não é um fenômeno isolado, mas parte integrante de um processo generalizado que se faz presente em todos os estados amazônicos. Esta tendência à concentração urbana em Roraima é explicada, em parte, pelo resultado dos esforços, sem grandes sucessos, dos empreendimentos dos governos Federal e Estadual na implementação de políticas de colonização e incentivo à migração para área rural (BARBOSA, 1994).

Outro fator que contribuiu para a concentração urbana foi a “corrida do ouro” na década de 1980. Como a maioria dos garimpos estava localizada em áreas distantes de núcleos urbanos (vilas, povoados e pequenas cidades) as referências de apoio para os garimpeiros eram as cidades maiores, mais precisamente a capital Boa Vista, sendo o principal núcleo de atração desta população por possuir maior e melhor infra-estrutura de serviços e de diversões (bares, cabarés, boates) além do comércio para abastecimento de produtos e equipamentos para a mineração (RODRIGUES et al, 2002).

Devido à intensa atividade mineira, a população de Roraima cresceu a uma média de 10,64% ao ano na década de 1980, praticamente triplicando as suas cifras. Além da migração para atividades de mineração, outro fator que contribuiu para o aumento dos fluxos migratórios foram as políticas de assentamentos rurais, predominantemente para o sul do Estado.

Para boa parte dos agricultores que chegam a Roraima em busca de terras, Boa Vista é ponto de referência principalmente, porque os órgãos responsáveis pela regularização fundiária, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA), encontram-se sediadas na capital.

1.2 Agricultura familiar: uma revisão da literatura

A agricultura familiar tem sido objeto de estudo de vários cientistas sociais, tais como: Abramovay e Veiga (1999), Buainain, Romeiro e Guanzioli (2003), Schneider (2003) e Lamarche (1993), que identificam essa atividade produtiva como sendo uma das principais geradoras de postos de trabalhos no meio rural. Entretanto, uma boa parte das pessoas ocupadas na agricultura familiar não conseguem obter uma renda mínima,

exclusivamente, de seus estabelecimentos agrícolas. Para sobreviver, muitos agricultores dependem de rendas externas ao estabelecimento agrícola, tais como aposentadorias, venda de serviços em outros estabelecimentos, tanto familiares quanto patronais, ou mesmo atuando em atividades não agrícolas (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003, p.335).

Para Schneider (2003), a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro estão relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF). Esse programa, formulado como respostas às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional a categoria de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades em manter-se em atividade.

A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aqueles localizados nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas tais como juros menores, apoio institucional, entre outros.

A falta de condições e incentivos para produzir e escoar a produção faz com que muitos agricultores venham para Boa Vista a fim de encontrar uma forma de sobrevivência sua e de sua família, e encontra na agricultura urbana uma forma de manter-se na atividade.

1.3 A agricultura urbana

A agricultura urbana é realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade, ou no seu entorno, e destinada a produção de cultivos para a utilização e consumo próprio ou para a venda em pequena escala em mercados locais (ROESE, 2007). Acontece tanto em cidades pequenas dos países em desenvolvimento, quanto nas grandes cidades do mundo industrializado, como: Amsterdã, Paris, Nova York, Los Angeles, Vancouver. Em Havana – Cuba a agricultura urbana é estratégica e cerca de 26 mil pessoas estão envolvidas nessa atividade.

No Brasil, destacam-se as cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Governador Valadares, Teresina, Belo Horizonte e Fortaleza. A prefeitura municipal de Belo Horizonte, por exemplo, implantou o projeto Centros de Vivência Agroecológica (CEVAE) em comunidades de baixa renda que tinham como principal diretriz a construção participativa de um desenvolvimento sustentável no meio urbano. Neles foram desenvolvidos programas de intervenção socioambiental, como ações de educação ambiental e sanitária, de segurança alimentar e saúde, agroecologia e geração de renda.

Apesar do intenso processo de urbanização, existe nas grandes cidades brasileiras e suas periferias, uma agricultura diversificada e significativa que inclui desde cultivo e comercialização de hortifrutigranjeiros, produção e consumo de verduras orgânicas ou não, plantas aromáticas, entre outros.

Variados estudos e experiências vêm demonstrando que o cultivo agrícola na cidade pode causar impactos significativos na segurança alimentar e nutricional da população, na geração de emprego e renda para jovens e mulheres, homens adultos e idosos. Tal situação aponta para a importância da agricultura urbana, e para os benefícios de sua integração ao planejamento físico e urbanístico.

Abramovay (1998) estima que o crescimento das grandes cidades no interior do país, longe de desestimular o meio rural, pode, ao contrário, vir a ser um fator de sua dinamização. De acordo com esse autor:

As políticas voltadas para o fortalecimento e para a criação de novas unidades familiares no meio rural terá tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades. A consolidação de um sistema brasileiro de cidades é, no entanto, uma condição necessária, mas não suficiente para permitir esta integração: o fundamental é que a população rural esteja dotada dos meios, das prerrogativas que lhe permitam tirar proveito do dinamismo que as cidades tendem a propagar ao seu redor (ABRAMOVAY, 1998. p. 2).

Entre as dimensões da agricultura urbana a segurança alimentar é seguramente a mais importante e conhecida. Este tipo de agricultura contribui para a segurança alimentar da população a partir de seu impacto nas ações de combate à pobreza e a exclusão social, ou seja, à medida que ela complementa a renda das famílias que se dedicam aos cultivos urbanos e fornece alimentos básicos para as famílias que não têm recursos para comprar no mercado. Esse tipo de agricultura dá a oportunidade a população de ter acesso à alimentos mais frescos e saudáveis e possibilita a diversificação da dieta alimentar.

Nesse sentido, é importante entendermos que as políticas de apoio à dimensão da segurança alimentar da agricultura urbana são parte de um conjunto mais amplo de políticas sociais voltadas à complementação de renda tais como bolsa família e à geração de empregos.

O enorme crescimento da pobreza urbana, do desemprego e da insegurança alimentar nas últimas décadas, voltou a colocar na ordem do dia à questão da autoprodução de alimentos. Colocou, lado a lado, força de trabalho e conhecimento disponíveis, que podem ser utilizados para essa prática e para importantes necessidades alimentares não atendidas.

Em Boa Vista, a agricultura urbana está presente nas periferias da cidade próximo a lagos e igarapés com produção principalmente de hortifrutigranjeiros. Os principais produtores estão localizados na região conhecida como Monte Cristo e bairro Operário.

Nesse momento iremos trabalhar apenas com o bairro Operário, onde ainda predominam o trabalho da família, apesar de haver alguns trabalhadores contratados.

A expansão do espaço urbano em direção ao bairro Operário, proporcionou aos moradores acesso à infra-estrutura básica, como: a pavimentação de ruas, energia elétrica, telefones residenciais e públicos e a coleta de lixo e, conseqüentemente melhora nas condições de vida. A implantação desses serviços e da infra-estrutura básica no bairro acarretou valorização dos imóveis e a especulação imobiliária. As melhorias ocasionadas pela expansão do perímetro urbano em direção as áreas rurais, implica em diversas contradições. Para Bagli (2006):

O processo de expansão urbana não está ausente de contradições. A valorização de terras é uma delas. Se de um lado, as áreas rurais trazidas para o interior do perímetro são valorizadas, por outro, a própria valorização torna-se fator de expulsão dos proprietários dessas áreas. Num primeiro momento, as propriedades rurais situadas nessas áreas de expansão urbana recebem tratamento específico. Embora situadas dentro do perímetro urbano, pagam ITR (Imposto sobre Propriedade Territorial Rural). Entretanto, essa é uma realidade que não perdura por muito tempo. O processo especulativo, que se intensifica com a valorização, exerce pressão sobre tais áreas, juntamente com os interesses municipais em aumentar a arrecadação. A mudança na cobrança do imposto é uma dos fatores que promove a expulsão. O solo urbano é altamente valorizado em relação ao solo rural. O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) cobrado sobre áreas rurais, em virtude das dimensões da propriedade, torna-se inviável para seus proprietários. Estes não tendo condições de arcar com a cobrança têm como única alternativa venderem suas propriedades (BAGLI, 2006, p. 100).

Esse aspecto da valorização das propriedades rurais em solo urbano leva os proprietários, mais cedo ou mais tarde, a se desfazerem de seus lotes devido à impossibilidade de arcarem com os custos dos impostos. Dessa forma, verifica-se que o processo de expulsão, das zonas rurais para as zonas urbanas, ocorre também nesses espaços do rural no urbano.

1.4 A construção do espaço rural no urbano: a História do bairro Operário

A reconstituição da história de formação do bairro deu-se prioritariamente através da história oral e de informações obtidas junto ao programa Braços Abertos da Secretaria de Gestão Participativa e Cidadania (SEMGEP), da Prefeitura de Boa Vista e ao Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA).

A área onde se situa o bairro Operário era de propriedade da Diocese de Roraima adquirida pelo governo estadual em 1992. Era conhecido inicialmente como Campos Elizeus. Em 1994 o ITERAIMA iniciou a doação das chácaras as famílias que gostariam de desenvolver atividades agrícolas no local. Os moradores dão conta de que as primeiras ocupações da área ocorreram nesse mesmo ano.

Em 1997 a área foi completamente loteada pelo ITERAIMA, que junto com a Associação dos Moradores do Pintolândia, doou os lotes às famílias que estariam dispostas a morar e trabalhar no bairro.

O bairro Operário caracterizou-se como a região das chácaras e como zona rural da cidade de Boa Vista até o ano de 1999, quando a prefeitura em convênio com o exército realizou o novo mapeamento da cidade. A partir de então a área foi designada como bairro Operário e incorporada à zona urbana de Boa Vista. Depois de muitas negociações com os moradores a prefeitura voltou atrás e reincorporou a área do bairro Operário à zona rural da cidade.

No início da ocupação, os moradores organizavam-se para reivindicar benfeitorias através da Associação de Moradores do bairro Pintolândia. Por considerarem que suas

reivindicações não estavam sendo atendidas, associaram-se em 1997 à Associação de Moradores do bairro Raiar do Sol.

Entretanto, devido a característica da área, em 1999, os moradores organizaram-se e formalizaram a Associação dos Produtores do Bairro Operário, que tinham como finalidade a busca de financiamentos para ampliar a produção, infra estrutura do bairro, entre outros, a fim de atender as necessidades dos produtores. Uma de suas conquistas foi o financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (F.N.O) para que os mesmos pudessem ampliar suas atividades comprando equipamentos especializados de acordo com o tipo de atividade desenvolvido nas chácaras.

O bairro Operário está localizado na zona Oeste de Boa Vista – RR, a 14 km do centro da cidade, entre os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Nova Cidade. Os terrenos medem em média 5000m². A agricultura é a atividade econômica predominante no mesmo. Grande parte da população do bairro trabalha com a plantação e o cultivo de hortaliças, tais como: alface, couve, cebolinha, coentro, entre outras, que são vendidos nos mercados e feiras de Boa Vista.

Pode-se afirmar que, o bairro Operário se constitui em um bairro cuja identificação é tanto com aspectos do espaço rural como urbano. Os moradores fazem uso dessa identidade mista, configurando assim, sua especificidade enquanto espaço rural-urbano e vice-versa.

A classificação das atividades rurais no bairro Operário pode ser desenvolvida em espaços abertos ou em estufas, ou seja, espaços cobertos e fechados. A utilização das estufas para produzir hortaliças foi um projeto da prefeitura (Projeto Estufa) que teve como objetivo garantir a produção também no período de inverno.

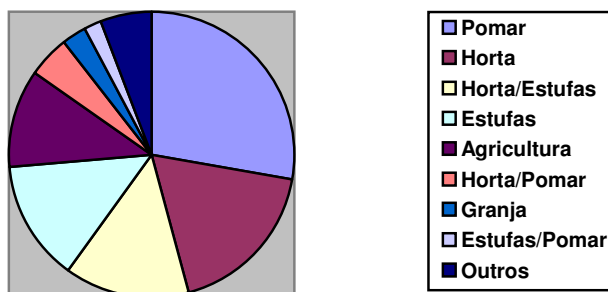
Dessa forma, o bairro Operário se caracteriza por ser um bairro tipicamente produtor de hortaliças, tanto em estufas como em espaços abertos. A produção de hortaliças representa 52,35% do total dos 170 imóveis de uso rural, ou seja, 89 dos imóveis produzem hortaliças no bairro.

Do total de imóveis do bairro Operário que tem uso rural, 20,6% desenvolve mais de uma atividade rural, bem como tipos associados de produção. Desse total, 14,1% imóveis cultivam hortaliças tanto em estufas como em espaços abertos (horta/estufa),

4,70% cultivam hortaliças e frutas (horta/pomar) e 1,8% cultivam frutas e hortaliças em estufas (estufas/pomar).

Ainda do total dos imóveis com uso rural, 27,6% cultivam apenas frutas (pomar), 18,2% cultivam apenas hortaliças em espaços abertos (hortas), 13,5% dos imóveis cultivam hortaliças apenas em estufas, ou seja, 23 imóveis produzem hortaliças em estufas (estufas), 11,2% dos imóveis produzem outros produtos agrícolas (agricultura) e, 2,9% desenvolve atividade de criação de aves (granjas) (Figura 1).

Figura 1 - Imóveis segundo o tipo de uso - rural

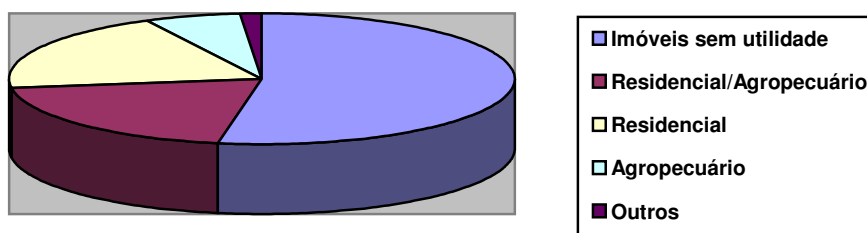


Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos 2004.

Outra característica do bairro é o alto número de imóveis sem quaisquer tipos de utilização no momento da pesquisa, ou seja, 344 imóveis ou 52,9% do total dos imóveis do bairro. São considerados imóveis *sem utilidade*, pela prefeitura, os terrenos vagos, em construção, os sem construção e as casas fechadas. Esse fenômeno da falta de utilização dos imóveis chama a atenção, uma vez que o índice de titulação chega a mais de 92% dos terrenos do bairro. Uma explicação seria o fato de que pessoas, com maior poder aquisitivo, compram esses terrenos para fazer área de lazer, enquanto outros, por falta de incentivos, financiamentos e assistência técnica utilizam o imóvel como moradia e trabalham na cidade.

Esses imóveis, de uso apenas residencial, correspondem a 19,7% do total, enquanto os de uso apenas agropecuário correspondem a 6,10%. Dos imóveis em uso diverso no bairro, 20% ou 130 imóveis são de uso residencial e agropecuário. (Figura 2).

Figura 2 - Imóveis segundo o tipo de uso (outros)



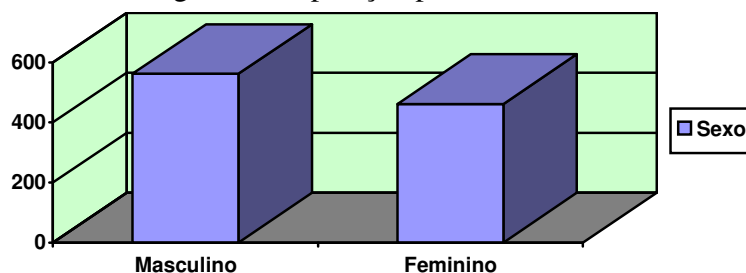
Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos 2004.

Uma das dificuldades apontadas pelos moradores, que se consideram agricultores, para que o bairro se projete como um bairro de significativa produção rural é o fato de não haver uma estratégia coletiva de comercialização. A Cooperativa Hortifruti, do Projeto Estufa de Boa Vista – COOPHORTA, criada em março de 2003, pela prefeitura de Boa Vista não está mais comprando a produção e não há uma cooperativa dos produtores do bairro. Dessa forma, a comercialização dos produtos é feita de maneira individual, ou seja, cada produtor cultiva e vende sua própria produção e a única forma de organização dos produtores dá-se através da Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros do Bairro Operário, que funciona muito mais como associação de bairro, que reivindica melhoria de infra-estrutura, atendimento médico, entre outros, do que propriamente a organização da produção.

1.5 Quem são os moradores do bairro Operário?

Segundo dados do programa Braços Abertos, da prefeitura de Boa Vista, em 2004, a população do bairro era de 1.029 habitantes. Deste total 54,6% são do sexo masculino e 45,4% do sexo feminino. Portanto, verifica-se que não há muita discrepância entre gêneros na população residente no bairro (Figura 3).

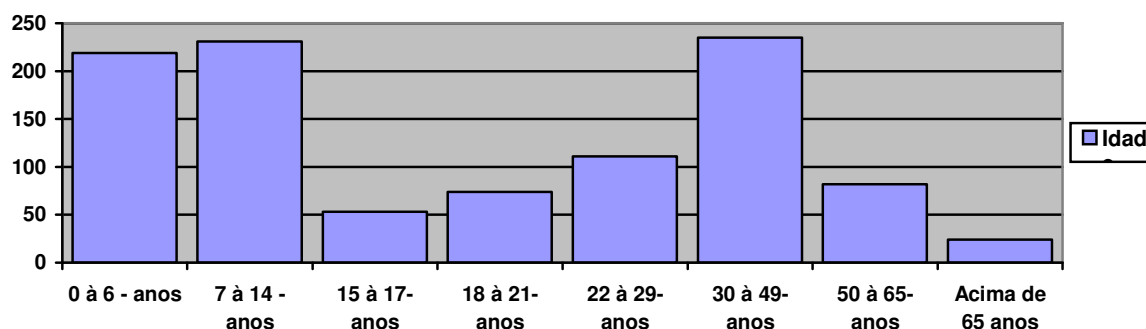
Figura 3 - População por sexo



Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos, 2004.

No entanto, a população do bairro Operário é predominantemente jovem. Mais da metade da população, ou seja, 56,1% tem até 21 anos e 33,6% tem idade entre 22 e 49 anos. A população com idade acima de 50 anos representa, apenas, 10,30% da população total (Figura 4).

Figura 4 - População por faixa etária



Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos, 2004.

Quanto ao nível de escolaridade pode-se afirmar que o índice de pessoas escolarizadas é significativo, algo em torno de 83,83%. A maior parcela dos moradores do bairro possui desde o ensino fundamental ao ensino médio. Apenas, 12,5% da população é apenas alfabetizadas ou semi-analfabeta (aquelas que sabem escrever pelo menos o próprio nome) e analfabetas entre a população com mais de 15 anos.

O quadro 3 mostra ainda que, em todas as faixas etárias aparecem pessoas analfabetas. Das vinte e quatro (24) pessoas com idade acima de 65 anos pelo menos 54,28% são analfabetos ou semi-analfabetos. Oito (08) pessoas tem até a 4º do ensino fundamental, o que representa 33,33%. Ou seja, a população na maior faixa etária é aquela

que mais foi penalizada pela exclusão da escola, quando não havia políticas sociais de inclusão ou mesmo escolas acessíveis, uma vez que é natural supor que essa geração vivia no campo. Percebe-se também que apenas duas (02) pessoas tem escolaridade entre 5° a 8° série do ensino fundamental, e apenas uma (01) tem o ensino médio completo. Esse quadro ratifica a afirmação de Queda & Szmercsányi (1979, p. 226), que ressaltam o fato de que o ensino fundamental era a única forma de educação escolar acessível à população rural e, por isso, evidencia-se que as pessoas de maior idade têm menos escolaridade.

A população com idade entre 50 a 65 anos, considerada analfabetas e semi-analfabetas, é de 21,05%. As pessoas que freqüentaram até a 4° série, representa 47,37% do total. O número de pessoas com escolaridade entre 5° e 8° série é de 12, e representa 15,80%. Outras 10 pessoas têm o ensino médio completo o que corresponde a 13,15% do total.

A percentagem de analfabetos e semi-analfabetos vai diminuindo, gradativamente, de acordo com a diminuição da idade da população, ou seja, as pessoas com menos idade são as que têm mais escolaridade. A faixa etária de 30 a 49 anos possui o maior número de pessoas com nível superior completo e incompleto, totalizando nove (09) pessoas. A maior percentagem de pessoas com ensino médio está na faixa etária de 15 a 21 anos, o que representa 55,65%. Nessa faixa etária está o menor número de analfabetos, com apenas uma (01) pessoa, o que representa menos de 1% (Quadro 3).

Quadro 3 - População de 15 anos ou mais por escolaridade

<i>Escolaridade</i>	<i>15 a 21 anos</i>		<i>22 a 29 anos</i>		<i>30 a 49 anos</i>		<i>50 a 65 anos</i>		<i>Mais de 65 anos</i>		<i>Total</i>	
	Hab	%	Hab	%	Hab	%	Hab	%	Hab	%	Hab	%
Analfabeto	1	0,90	2	2,03	20	8,96	11	14,47	8	33,33	42	7,85
Alfabetizado	0	0,00	1	1,01	14	6,27	5	6,58	5	20,95	25	4,65
1° a 4° série	10	8,65	23	23,23	83	37,20	36	47,37	8	33,33	160	29,80
5° a 8° série	36	31,30	33	33,33	51	22,90	12	15,80	2	8,32	134	24,95
Ens. Médio	64	55,65	38	38,38	43	19,28	10	13,15	1	4,15	156	29,05
Sup. Incompleto	4	3,50	1	1,01	4	1,80	0	0,00	0	0,00	9	1,70
Sup. Completo	0	0,00	0	0,00	5	2,25	0	0,00	0	0,00	5	0,9
Não informou	0	0,00	1	1,01	3	1,34	2	2,63	0	0,00	6	1,10
Total	115	100	99	100	223	100	76	100	24	100	537	100,00

Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos, 2004.

Ainda, segundo dados da Prefeitura, a ocupação dos moradores do bairro Operário é muito variável, mas pode-se afirmar, que o trabalho informal é a característica predominante no bairro. Verifica-se que a maior parte trabalha autonomamente, representando 31% do total. O número de moradores desempregados também é significativo. Do total, 23,1% encontram-se nessas condições. Entre esses, considero hipoteticamente que, parte desenvolve a agricultura familiar. Os que possuem emprego, sem vínculo formal ou trabalham de forma avulsa, representam 30,7%, enquanto os que possuem ocupação com registro, seja funcionários públicos ou autônomo, representam apenas 14,9%. (Quadro 4).

Quadro 4 - População com 16 anos ou mais segundo situação ocupacional

Ocupação	Hab	%
Autônomo sem registro	106	31,0
Desempregado	79	23,1
Empregado sem registro	76	22,2
Trabalho avulso (bico)	29	8,5
Empregado com registro	25	7,3
Funcionário público	17	5,0
Autônomo com registro	9	2,6
Empregador	1	0,3
Total	342	100,00

Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos, 2004.

Quanto ao nível sócio-econômico, verifica-se que, das 268 famílias pesquisadas pela Prefeitura, 28 declararam não ter renda alguma. Isso corresponde a 8,6% do total. A maior parte das famílias tem renda familiar mensal de até um (01) salário mínimo, ou seja, 45,52%. As famílias que tem renda mensal de até 2 salários mínimos representam 29,47%, do total das famílias pesquisadas. O número de famílias que tem renda familiar mensal de até 3 salários mínimos é de 18, o que corresponde a 6,71%. As que têm renda de até 4 salários mínimos representam 3,73%. Até 5 salários mínimos, 2,24% do total. Outras sete famílias têm renda mensal de até 7 salários mínimo, representando apenas 2,61% do total e, acima de 7 salários apenas 1,12% do total (Quadro 5).

Quadro 5 - Famílias segundo renda familiar mensal

Salário mínimo	Famílias	%
Sem renda	23	8,60
Até 1 salário mínimo	122	45,52
Até 2 salários mínimo	79	29,47
Até 3 salários mínimo	18	6,71
Até 4 salários mínimo	10	3,73
Até 5 salários mínimo	6	2,24
Até 7 salários mínimo	7	2,61
Acima de 7 salários mínimo	3	1,12
Total	268	100,00

Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos, 2004.

Percebe-se que, 83,59% das famílias pesquisadas do bairro Operário têm renda familiar mensal entre 0 e 2 salários mínimos e que, a renda vai aumentando à medida que vai diminuindo o número de famílias.

Considerações Finais

Este trabalho procurou entender o processo de estruturação da agricultura familiar no espaço urbano da cidade de Boa Vista. A idéia inicial sobre o bairro Operário era que seria uma área rural-agrícola incrustado no espaço urbano e que o mesmo servisse como espaço de reprodução do mundo rural para aqueles agricultores expulsos dos assentamentos rurais do estado de Roraima. Essa hipótese comprovou-se apenas parcialmente.

O conflito quanto à definição do bairro Operário, ou seja, se é urbano ou rural, não é somente dos moradores. Como já foi visto anteriormente, a prefeitura de Boa Vista já tirou o bairro da zona rural incorporando à zona urbana e, depois de muitas negociações com os produtores a prefeitura reincorporou o bairro a zona rural do município.

A dificuldade existente entre os teóricos, a prefeitura de Boa Vista e os moradores do bairro Operário de definir e delimitar o que é urbano e o que é rural, levou-me a concluir que o bairro Operário não seria uma área rural e sim uma área urbana com produção agrícola, visto que o mesmo está cercado por bairros residenciais urbanos.

Na ausência de horizontes e alternativas cada vez mais escassas e pouco acessíveis aos agricultores e conseqüentemente as pessoas com pouco ou nenhum grau de escolaridade, a autoprodução de alimentos nos centros urbanos tornou-se uma alternativa econômica e de sobrevivência.

A importância de se pensar políticas públicas que estimulem a agricultura familiar, inclusive em espaços urbanos é de suma importância, uma vez que esse tipo de atividade é responsável por gerar grande número de emprego e conseqüentemente de renda.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Relatório de Consultoria. IICA**. Projeto: Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural. Brasília, 1998. Mimeo.

BAGLI, Priscila. **Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (organizadores). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 81 – 109.

BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. Ocupação Humana em Roraima. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi; Série Antropologia**, v. 10, n.1, p.271-289, 1994. Parte II.

BECKER, K. Bertha. **Amazônia**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998.

BUAINAIN, Antônio Marcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 05, nº10, 2003, p. 312 – 347.

LAMARCHE, Hugues. (coord). **A agricultura familiar**. São Paulo: Unicamp, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Projeto Centros de Vivência Agroecológica (CEVAE)**. Disponível em: www.agriculturaurbana.org.br/sitio/projetos/cevae.htm. Acesso em: 12 de dezembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA. Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania. Programa Braços Abertos. **Relatório analítico: pesquisa censitária**. Boa Vista, 2004.

QUEDA, O. & SZMRECSÁNYI, T. **Vida Rural e Mudança Social**. 3º ed. São Paulo: Companhia, 1979.

RODRIGUES et al. **Relatório Estadual Pesquisa Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual realizada nos municípios de Boa Vista e Pacaraima-Roraima/Brasil e Santa Elena do Uarén – Venezuela**, in: Instituto Internacional de Leis sobre Direitos Humanos/ De Paul College; Instituto Interamericano del Niño/Oea; Cecria - Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes; Ministério da Justiça/Secretaria de Direitos Humanos, 2002.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Garimpendo a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política**. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 1996. Dissertação.

ROESE, Alexandre Dinnys. **Agricultura urbana**. Disponível em:<www.cpad.embrapa.br/publicacoes>. Acesso em: 12 de dezembro de 2007.

SAUER, Sérgio. Reforma agrária e geração de renda no meio rural. São Paulo: **Associação brasileira de estudos do trabalho – ABET**, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, 2003, v.18, n. 51, p. 99 – 121.